

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo. Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A Companhia e sua Controlada Raia S.A. têm como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 776 lojas (posição em 31 de dezembro de 2011), distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Goiás, Espírito Santo, , Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
São Paulo	228	501
Minas Gerais	40	64
Rio de Janeiro	7	55
Distrito Federal	45	45
Paraná		38
Goiás	33	33
Espírito Santo	16	16
Santa Catarina		13
Rio Grande do Sul		11
	369	776

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21 de março de 2012, autorização para emissão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais "R\$", que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto (lado a lado) por não existir diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado constantes nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como parte dos trabalhos de associação a Administração analisou as principais práticas contábeis aplicadas na Companhia e alterou a classificação das receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores e outras receitas conforme demonstrado a seguir:

- (i) As receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores, líquidas dos impostos (PIS e COFINS), anteriormente apresentadas como receitas operacionais e financeiras, passaram a ser apresentadas como redutoras do custo das mercadorias vendidas; e
- (ii) As receitas de prestação de serviços (recarga de celular, venda de fichas para balança, publicidade em ponto de venda e outras), líquidas de impostos (ISS), anteriormente registradas nas rubricas de: outras receitas operacionais e redutoras das despesas de vendas, passaram a ser registradas como receitas líquidas de vendas.

A Administração acredita que estas práticas melhor representam os esforços de negociação com os seus fornecedores, bem como o custo e a margem obtidos com a venda de mercadorias, sejam elas medicamentos ou não.

Com o objetivo de permitir a comparação dos exercícios, os montantes reclassificados no exercício de 2010 são demonstrados a seguir:

(i) Demonstrações do Resultado	2010	Reclassificações	2010 (reapresentado)
Receitas líquidas de vendas	2.005.216	2.612	2.007.828
Custo das mercadorias vendidas	(1.526.818)	34.914	(1.491.904)
Despesas com vendas	(317.663)	5.478	(312.185)
Gerais e administrativas	(59.320)	845	(58.475)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.106	(42.106)	
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
(ii) Demonstrações do Valor Adicionado	2010	Reclassificações	2010 (reapresentado)
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	2.077.902	2.746	2.080.648
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.408.691)	34.914	(1.373.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.057)	(32.205)	(65.262)
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
Remuneração direta	143.325	3.578	146.903
Municipais	2.544	134	2.678

A Companhia reclassificou em 2010 o imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 3.949 do passivo não circulante para o ativo não circulante.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas contábeis emitidas e revisadas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são demonstradas a seguir:

(a) Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

(b) IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(d) IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(e) IFRS 11 - Acordos de Participação

A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(f) IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(g) IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada direta Raia S.A. em 31 de dezembro de 2011 e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios com suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, a Companhia emitiu 142.065.980 ações que foram integralizadas com a totalidade das ações da Raia S.A. e como consequência a Raia S.A. passou a ser subsidiária integral da Raia Drogasil S.A..

O resultado da Controlada Raia S.A. passou a ser consolidado desde a data de aquisição, ou seja, 10 de novembro de 2011. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Controladora mais 02 meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, mensurados a valor justo). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido entre os ativos e passivos, identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Quando a contraprestação é menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. A Companhia utiliza os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas, descritos anteriormente, para determinação dos efeitos da combinação de negócio nas demonstrações financeiras individuais.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos,

são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados

como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida

útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Controladora não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

Arrendamentos financeiros da Controlada Raia S.A.

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Controlada detém substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 11.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

(o) Programa de fidelidade

A Controlada mantém um programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controlada pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controlada calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possuía o plano de opção de compra de ação que podia ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovado o cancelamento do plano de opção de compra de ações e a antecipação do exercício das opções outorgadas em 28 de junho de 2007, conforme descrito na nota 17.

O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 17.

A despesa foi registrada na rubrica “Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal”, durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovada a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(r) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(s) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta “Despesas financeiras” tendo como contrapartida a conta “Lucros acumulados”.

(t) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(v) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(y) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

5. Combinações de negócios

Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A combinação de negócios ocorreu por meio de troca de ações entre os acionistas da Companhia e da Raia S.A.. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações foi de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Raia, sendo que a composição do capital da Companhia é detida pelos seus antigos acionistas na proporção de 57% e pelos antigos acionistas da Raia S.A. na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, a Companhia passou a deter 100% de participação em sua Controlada Raia S.A..

A norma contábil CPC 15 (IFRS3-R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Para fins dessa determinação levou-se em consideração a entidade que emitiu instrumentos de participação societária (ações), a composição do capital votante e o tamanho relativo das duas empresas mensurado por meio de seus ativos, receitas e lucros. Neste contexto, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Raia S.A. Em 10 de novembro de 2011 ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a transação foi realizada através de troca de ações entre os acionistas das Companhias, o valor da contraprestação paga foi determinado com base no número total de ações emitidas pela Companhia e entregues aos acionistas da Raia S.A., pelo valor de cotação no mercado dessas ações em 10 de novembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

- (i) Quantidade de ações entregue aos acionistas de Raia S.A.: 142.065.980 ações ordinárias;
- (ii) Valor da ação: R\$11,01/ação (cotação de 10 de novembro de 2011);
- (iii) Consideração total: R\$ 1.564.146;

Como não foram identificadas variações relevantes nos principais saldos contábeis da Raia, no período entre 31 de outubro de 2011 e 10 de novembro de 2011, a Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2011 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores em livros e valores justos dos ativos líquidos adquiridos e o ágio estão demonstrados a seguir:

	31/10/2011 (Valor Justo)
Saldos	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	226.409
Contas a receber de clientes	132.792
Impostos a recuperar	30.831
Estoques	394.954
Outros	71.979
	<u>856.965</u>
Ativos não circulantes	
Depósitos para recursos	4.163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.644
Outros	1.612
	<u>43.419</u>
Imobilizado	187.122
Intangível	284.259
	<u>471.381</u>
	<u>1.371.765</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(273.683)
Empréstimos e financiamentos	(25.613)
Obrigações sociais e trabalhistas	(64.535)
Obrigações fiscais	(14.829)
Outros	(58.891)
	<u>(437.551)</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	(51.749)
Obrigações fiscais	(3.873)
Provisão para contingências	(4.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.856)
Outros	(2.567)
	<u>(150.152)</u>
	<u>(587.703)</u>
Total dos ativos (passivos) líquidos	<u>784.062</u>
Contraprestação transferida	<u>1.564.146</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>780.084</u>

O ágio no montante de R\$ 780.084 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios, e o valor do ágio que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 692.228, a diferença refere-se ao imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 87.856.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 18.075 para a Controlada e R\$ 30.018 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Informações Pro Forma (Não Auditadas)

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$ 4.546.811 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de R\$ 105.653.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Caixa e bancos	15.750	12.115	31.050
Certificado de depósitos bancários	102.997	144.771	282.805
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	26.116	23.960	26.116
	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como "instrumentos financeiros mantidos para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

7. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
A vencer	141.903	112.725	279.588
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	4.927	1.486	7.811
Entre 31 e 60 dias	128	83	614
Entre 61 e 90 dias	74	49	74
Entre 91 e 180 dias	201	187	201
Entre 181 e 360 dias	4	30	4
A mais de 360 dias	201	228	515
Provisão para créditos liquidação duvidosa	<u>(650)</u>	<u>(494)</u>	<u>(964)</u>
	<u>146.788</u>	<u>114.294</u>	<u>287.843</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(494)	(544)	(494)
Adições	(650)	(531)	(650)
Adições por meio de combinações de negócios			(314)
Reversões	494	581	494
Saldo final	<u>(650)</u>	<u>(494)</u>	<u>(964)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros “Recebíveis” e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 d).(i) (3).

8. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Mercadorias de revenda	388.974	294.681	810.575
Materiais	2.245	2.474	9.403
Provisão para perdas com mercadorias	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>
Total dos estoques	<u>388.763</u>	<u>295.958</u>	<u>814.975</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(1.197)	(1.190)	(1.197)
Adições	(1.928)	(1.225)	(1.928)
Adições por meio de combinação de negócios			(3.306)
Reversões	669	1.218	1.428
Saldo final	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 1.687.975 (R\$ 1.479.409 em 2010) para a Controladora e de R\$ 1.998.550 para o consolidado.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas totalizou R\$ 13.680 (R\$ 12.495 em 2010) para a Controladora e R\$ 12.921 para o consolidado, reconhecido em custo de vendas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	55.761	36.435	65.929
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	1.671	1.173	6.790
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.102	1.800	2.102
ICMS - Outros	171	147	171
PIS - Programa de integração social			1.635
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			3.137
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.806	30	4.017
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		3	6.252
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido			2.287
INSS - Instituto nacional da seguridade social	68	68	776
Outros			64
	<u>61.579</u>	<u>39.656</u>	<u>93.160</u>
Não circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	30.178	23.982	30.178
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.998	2.418	5.076
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	745	561
Outros	59	59	59
	<u>33.796</u>	<u>27.204</u>	<u>35.874</u>
Total	<u><u>95.375</u></u>	<u><u>66.860</u></u>	<u><u>129.034</u></u>

Os créditos acumulados de ICMS (art. 71 a 84 do RICMS-SP), que representam a quase totalidade dos saldos credores de ICMS, são oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras unidades da Federação), de acordo com o inciso I, do artigo 71, do RICMS-SP. A Companhia, entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de dezembro de 2011, acumulou créditos no total de R\$ 85.939 (Circulante - R\$ 55.761 e Não circulante - R\$ 30.178) e em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 60.417 (Circulante – R\$ 36.435 e Não circulante – R\$ 23.982), no consolidado totalizam R\$ 96.107 (Circulante - R\$ 65.929 e Não circulante - R\$ 30.178).

A partir de 1º de abril de 2010, o RICMS-SP passou a permitir, por intermédio de regime especial, a apropriação do crédito acumulado mediante verificação fiscal sumária e oferecimento de garantia (art. 72-D) e, também, a transferência para fornecedores a título de pagamento de compra de mercadorias, fatos que tornaram a realização mais célere. Em 16 de março de 2010, a Companhia protocolou pedido de regime especial para atender as disposições do artigo 72-D e em 07 de julho de 2010 protocolou outro pedido para tratar do aproveitamento dos créditos dos períodos anteriores.

Enquanto aguarda a concessão do Regime Especial pleiteado em 16 de março de 2010, a Companhia protocolizou pedido de apropriação de créditos acumulados no período de fevereiro de 2008 à março de 2010, correspondente a R\$ 39.000, conforme sistemática prevista na Portaria CAT 53/1996 (DCA). Em decorrência deste pedido, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo iniciou, em 07 de junho de 2011, auditoria fiscal para apuração e liberação dos créditos acumulados com base no dispositivo legal acima citado. Tendo em vista a evolução dos trabalhos, a expectativa é de que os créditos sejam homologados em breve, sendo certo que os mesmos poderão ser aproveitados imediatamente após homologados.

A Companhia manteve ainda a entrega eletrônica dos arquivos de geração de crédito acumulado do período de abril de 2010 à dezembro de 2011, segundo a sistemática prevista na Portaria CAT 26/2010 (e-CredAc), que soma o valor total de R\$ 46.939.

Nesse sentido, a Companhia protocolizou novo pedido de apropriação precária de créditos acumulados no período correspondente a abril de 2010 à junho de 2011, informados no sistema e-CredAc. Referido pedido, lastreado no disposto na Portaria CAT 118/2010, prevê a liberação de 90% do crédito acumulado no período. Referido pedido permanece em análise junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Ademais, conforme relatado na Nota 29 - Eventos Subsequentes, tendo em vista a publicação do Decreto 57.608 de 12 de dezembro de 2011, que disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas que realizem operações com mercadorias por meio de centros de distribuição localizados neste Estado, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes, extingue-se a geração de novos créditos, sendo certo que os valores já acumulados passarão a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário.

Em complemento às ações acima, a Controladora inaugurou em agosto sua nova Central de Distribuição, localizada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, passando a concentrar o abastecimento de suas lojas localizadas no Estado de Goiás e Distrito Federal neste estabelecimento. Esta medida já reduziu a geração de créditos acumulados em aproximadamente 50% em comparação ao mesmo período de 2010.

Esta medida, iniciada no ano de 2010 com a abertura da Central de Distribuição de Contagem, Estado de Minas Gerais, e a aquisição direta de mercadorias de distribuidores locais, proporcionam a eliminação da geração de créditos acumulados em razão da aquisição dos produtos acontecerem diretamente para a nova Central, sem a passagem pela Central de Distribuição localizada no Estado de São Paulo, eliminando desta forma a operação com potencial de geração de créditos acumulados.

Na Controladora a Administração efetuou análise da utilização dos créditos de ICMS considerando a autorização para apropriação dos mesmos após auditoria fiscal iniciada em junho de 2011, assim como pela previsão de concessão do regime especial que atribuirá a condição de substituto tributário à Central de Distribuição localizada no Estado de São Paulo, somado à abertura de sua Central de Distribuição no Estado de Goiás ocorrida em agosto de 2011, razão pela qual manteve parcela de seus créditos de ICMS no ativo circulante.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

Razão Social	Principal atividade	Participação (%)	31/12/2011
Raia S.A.	Varejo de medicamento, perfumaria e afins	100%	1.554.303

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	Controladora
	31/12/2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011	
Aquisição de Participação em 10 de novembro de 2011 (Nota 5)	1.564.146
Resultado de equivalência patrimonial	(9.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.554.303</u>

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da Raia S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da Raia S.A. com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição, conforme descrito na Nota 5. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da Raia S.A. para fins de determinação da equivalência patrimonial em 2011:

	Controladora
	31/12/2011
Prejuízo da Raia S.A. (para o período de dois meses findo em 31/12/2011)	(3.387)
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(6.456)
Prejuízo ajustado da Raia S.A.	<u>(9.843)</u>

	Controladora	
	31/12/2011	31/10/2011
Patrimônio líquido ajustado		
Investimento a valor de livros (100%)	610.131	613.518
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	248.618	258.400
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(84.530)	(87.856)
	774.219	784.062
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	780.084	780.084
	<u>1.554.303</u>	<u>1.564.146</u>

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2010	22.551	28.552	37.217	22.534	6.943	53.963	6.319	178.079
Adições	2.086	615	16.956	6.628	3.248	29.894	4.223	63.650
Alienações			(2.290)	(864)	(1.450)	(5.271)	(140)	(10.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições		3.495	14.297	5.593	2.662	27.699	644	54.390
Alienações			(1.270)	(570)	(807)	(5.518)	(872)	(9.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.637	32.662	64.910	33.321	10.596	100.767	10.174	277.067
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação		2,7	10	16,4	24,4	20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2010		(12.796)	(13.654)	(11.825)	(2.671)	(19.327)	(1.893)	(62.166)
Adições		(742)	(3.874)	(3.335)	(1.819)	(12.902)	(1.709)	(24.381)
Alienações			2.142	771	1.058	5.023	120	9.114
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições		(836)	(5.329)	(4.012)	(2.296)	(17.873)	(2.042)	(32.388)
Alienações			909	544	737	4.818	872	7.880
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.374)	(19.806)	(17.857)	(4.991)	(40.261)	(4.652)	(101.941)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2010	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	24.637	18.288	45.104	15.464	5.605	60.506	5.522	175.126

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios e Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições por meio de combinações de negócios	3.088	729	108.119	39.849	9.275	191.922		352.982
Adições		3.495	19.335	9.798	3.090	39.572	644	75.934
Alienações			(1.270)	(570)	(1.456)	(5.518)	(872)	(9.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.725	33.391	178.067	77.375	19.650	304.562	10.174	650.944
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,7	7,4 - 10	7,1 - 16,4	20 - 24,4	17 - 20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições por meio de combinações de negócios		(165)	(46.923)	(24.498)	(4.313)	(96.239)		(172.138)
Adições		(840)	(6.889)	(4.687)	(2.555)	(22.216)	(2.042)	(39.229)
Alienações			909	544	1.318	4.818	872	8.461
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.543)	(68.289)	(43.030)	(8.982)	(140.843)	(4.652)	(280.339)
Saldo líquido								
Em 01 de janeiro de 2011	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	27.725	18.848	109.778	34.345	10.668	163.719	5.522	370.605

Outras informações da Controlada

Determinados ativos operacionais da Controlada são arrendados por meio de contratos irretratáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos têm prazo de duração entre dois e quatro anos e possuem cláusula de opção de compra, a qual já foi exercida pela Controlada. Dessa forma, esses contratos de arrendamento foram registrados nas demonstrações financeiras como compra financiada de bens, cujos saldos totalizam R\$ 3.419 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.463 em 2010) e referem-se basicamente a equipamentos, benfeitorias, veículos e móveis e utensílios.

Os pagamentos futuros mínimos desses arrendamentos financeiros são os seguintes:

	Consolidado
	2011
Primeiros 12 meses	301
Entre 13 e 60 meses	45
Efeito de desconto	(67)
	279

b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software	Ágio na Aquisição de empresa	Total
Custo				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	30.847	6.109	22.275	59.231
Adições	36.976	950		37.926
Alienações	(10.265)			(10.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.558	7.059	22.275	86.892
Adições	3.592	282		3.874
Alienações	(1.860)			(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.290	7.341	22.275	88.906
Amortização acumulada				
Taxas anuais médias de amortização (%)	21	20	Vida útil indefinida	
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(12.372)	(5.441)	(2.387)	(20.200)
Adições	(6.651)	(260)		(6.911)
Alienações	6.415			6.415
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.608)	(5.701)	(2.387)	(20.696)
Adições	(11.796)	(415)		(12.211)
Alienações	1.559			1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.845)	(6.116)	(2.387)	(31.348)
Saldo líquido				
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888	66.196
Em 31 de dezembro de 2011	36.445	1.225	19.888	57.558

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível do consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e Implantação de sistemas	Ágio na Aquisição de empresa (Vison)	Ágio na Aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	57.558	7.059	22.275					86.892
Adições por meio de combinação de negócios	88.603	36.725		780.084	151.700	41.700	1.811	1.100.623
Adições	6.086	1.244					441	7.771
Alienações	(1.860)							(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.387	45.028	22.275	780.084	151.700	41.700	2.252	1.193.426
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	12,3 - 21	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(12.608)	(5.701)	(2.387)					(20.696)
Adições por meio de combinação de negócios	(15.783)	(13.735)					(483)	(30.001)
Adições	(13.550)	(1.348)				(1.527)	(18)	(16.443)
Alienações	1.559							1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(40.382)	(20.784)	(2.387)			(1.527)	(501)	(65.581)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888					66.196
Em 31 de dezembro de 2011	110.005	24.244	19.888	780.084	151.700	40.173	1.751	1.127.845

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

e) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment")

(i) Drogaria Vison Ltda

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de sete anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 11,23% (9,90% em 2010).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("impairment").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

(ii) Raia S.A.

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio da combinação de negócios com Raia S.A., com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,71% (nominal em reais).

O teste de recuperação do ágio originado na aquisição da Raia S.A. não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("impairment").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de desempenho avaliadas pela Administração da Companhia.

12. Empréstimos e Financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado
		2011	2010	2011
BNDES - FINAME				
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,40% (+ 3,40% em 2010) a.a.	279	792	279
BNDES - FINEM				
Empreendimentos	TJLP + 2,27% (+ 2,36% em 2010) a.a.	17.957	33.375	17.957
Empreendimentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em 2010) a.a.	3.909	5.508	3.909
Empreendimentos	IPCA + 7,32% + 2,38% (+ 7,32% + 2,38% em 2010) a.a.	6.893	8.917	6.893
BNDES - Subcrédito				
Empreendimentos	TJLP + 3,59% a.a.	42.740		42.740
Empreendimentos	Selic + 2,45% a.a.	4.687		4.687
Máquinas e equipamentos	Pré fixado 6,63% a.a.	4.062		4.062
Máquinas e equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% a.a.	3.480		3.480
Capital de giro	Selic + 3,15% a.a.	3.670		3.670
BNDES				
Expansão de lojas	TJLP + 4,49% (+ 4,49% em 2010) a.a.			69.081
Banco Indusval				
Capital de giro	Pré fixado 14,75% (14,75% em 2010) a.a.			5.273
Arrendamento				
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 1,74% (1,74% em 2010) a.m.			279
		87.677	48.592	162.310
Passivo circulante		(24.928)	(20.355)	(50.325)
Passivo não circulante		62.749	28.237	111.985

Obrigações da Controladora

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME da Companhia, foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fianças bancárias.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 79.062 (R\$ 28.245 em 2010) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual, e em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

Obrigações da Controlada (Raia S.A.)

Os empréstimos da Controlada Raia S.A. junto ao BNDES, totalizando aproximadamente R\$ 69.081, têm como finalidade a expansão de lojas. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até março de 2015. Estes empréstimos são garantidos por fiança bancária dada pelo Banco Itaú, ao custo de 0,3% a.a.

O empréstimo da modalidade capital de giro junto ao Banco Indusval tem a finalidade de financiar a expansão de lojas e o capital de giro com vencimento previsto até novembro de 2012.

Os contratos de arrendamento têm como finalidade a expansão de lojas e aquisição de veículos e equipamentos. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até setembro de 2013. Esses empréstimos são garantidos pelos mesmos bens objetos do arrendamento, no montante de R\$ 3.419 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2010) e por aval dos acionistas.

Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
2012		13.342	
2013	26.694	10.836	47.839
2014	20.236	4.059	36.222
2015	11.846		21.413
2016	3.973		6.511
	<u>62.749</u>	<u>28.237</u>	<u>111.985</u>

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	2011
Trabalhistas e previdenciárias	3.384	3.478	4.754
Tributárias			300
Cíveis			2.286
	<u>3.384</u>	<u>3.478</u>	<u>7.340</u>
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(1.278)	(1.148)	(2.431)
Total	<u>2.106</u>	<u>2.330</u>	<u>4.909</u>
Passivo circulante	(1.428)	(1.264)	(1.637)
Passivo não circulante	678	1.066	3.272

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo Inicial	<u>2.330</u>	<u>1.427</u>	<u>2.330</u>
Adições por meio da combinação de negócios			2.954
Adições	1.232	1.153	1.649
Baixas por pagamentos	(1.359)	(864)	(1.608)
Reavaliação dos valores	(1.042)	(177)	(1.408)
Atualizações monetárias	1.074	980	1.121
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(129)	(189)	(129)
Saldo Final	<u>2.106</u>	<u>2.330</u>	<u>4.909</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 7.580 e R\$ 8.545 respectivamente (R\$ 15.799 em 2011 no consolidado).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Trabalhistas e previdenciárias	368	217	1.343
Tributárias	4.194	1.695	5.989
Cíveis			113
Total	<u>4.562</u>	<u>1.912</u>	<u>7.445</u>

Contingências Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Controlada Raia S.A. possui ainda ações movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Controlada ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, por parte da Controlada, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências Tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências Cíveis

A Controlada figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se a:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	96.010	120.829	91.205
Juros sobre o capital próprio	(31.300)	(25.550)	(31.300)
Lucro tributável	64.710	95.279	59.905
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34
Despesa teórica	(22.001)	(32.395)	(20.368)
Adições permanentes	(2.660)	(887)	(2.805)
Equivalência patrimonial	(3.347)		
Redução do imposto por incentivos	1.237	1.448	1.167
Outros	(543)	20	(503)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(27.314)	(31.814)	(22.509)
Alíquota efetiva	28,4%	26,3%	24,7%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo no montante de R\$ 6.454 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.577 em 2010) para a Controladora e R\$ 43.753 em 2011 no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista para o próximo exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 10.938 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.949 em 2010) para a Controladora e R\$ 95.468 em 2011 no consolidado, está representada pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se a:

	Controladora				Consolidado	
	Balanco patrimonial		Resultado		Balanco patrimonial	Resultado
	2011	2010	2011	2010	2011	2011
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.647)	(1.755)			(7.647)	
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(3.291)	(2.194)	(1.097)	(1.097)	(3.291)	(1.097)
Intangíveis temporariamente não dedutíveis – Combinação de negócios					(84.530)	3.326
Provisão para demandas judiciais	1.150	1.184	(34)	373	2.495	(85)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	222	167	55	(18)	440	162
Provisão para gratificações por liberalidade	918	992	(74)	(346)	918	(74)
Provisão para gratificações da diretoria	711	641	70	(700)	711	70
Provisão para campanhas internas	401	204	197	(456)	401	197
Provisão para obsolescência no estoque	835	407	428	2	1.701	170
Provisão para programa de participação resultados	1.190	986	204	238	1.190	204
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	366	366			366	
Obrigações provisionadas diversas	420	630	(210)	171	420	(210)
Provisão para despesas extraordinárias	241		241		1.357	456
Provisão para perda em empréstimo funcionários					1.199	35
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros					14.373	539
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação					18.182	(932)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(220)	(1.833)		2.761
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(4.484)	1.628			(51.715)	
	Controladora		Consolidado			
	2011	2010	2011			
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido						
Saldo no início do período	1.628	3.357	1.628			
Adições por meio da combinação de negócios			(50.212)			
Receita tributável reconhecida no resultado	(220)	(1.833)	2.761			
Realização de Imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	104	104	104			
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação de terrenos	(5.996)		(5.996)			
Saldo no final do período	(4.484)	1.628	(51.715)			

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário tem o seguinte prazo estimado de realização:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	6.454	21.926
2013		11.619
2014		8.809
2015		1.399
	<u>6.454</u>	<u>43.753</u>

15. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Básico			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	318.046	179.708	318.046
Lucro por ação – básico	<u>0,21599</u>	<u>0,49533</u>	<u>0,21599</u>
Diluído			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	318.046	179.708	318.046
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações		783	
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	318.046	180.491	318.046
Lucro por ação – diluído	<u>0,21599</u>	<u>0,49318</u>	<u>0,21599</u>

O plano de opções de ações foi liquidado em dezembro de 2011. Desta maneira, não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado de 2011, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído deste exercício.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 (após a incorporação de ações da Controlada Raia S.A., mencionada na Nota 5), o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, estava representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 176.375.078 unidades (109.596.252 unidades em 31 de dezembro de 2010).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2010	<u>109.596.252</u>
Vendas de ações vinculadas	10.452.301
Compra de ações vinculadas	<u>(13.500)</u>
Posição anterior a incorporação de ações da Raia S.A.	<u>120.035.053</u>
 Acréscimo de ações em circulação decorrente da incorporação de ações da Raia S.A.	 56.340.025
Posição em 31 de dezembro de 2011	<u><u>176.375.078</u></u>

Em 31 de dezembro de 2011 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 12,97 (fechamento do dia).

(b) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	68.696	89.015
Reserva legal		(4.451)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	202	202
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>68.898</u>	<u>84.766</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>17.225</u>	<u>21.192</u>
Dividendo proposto		3.363
Juros sobre o capital próprio proposto	31.300	25.550
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(4.337)</u>	<u>(3.483)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>26.963</u>	<u>25.430</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>9.738</u>	<u>4.238</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>39,13</u>	<u>30,00</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 31.300 (R\$ 25.550 em 2010), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2011 e de 2010, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Saldo inicial	11.914	18.045
Adições	21.463	25.181
Pagamentos	(29.645)	(31.251)
Baixas	(70)	(61)
Saldo final	<u>3.662</u>	<u>11.914</u>

(c) Ações em tesouraria

	<u>Controladora</u> <u>Quantidade</u> <u>(em unidades)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2010	<u>783.372</u>
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em janeiro de 2011	(236.841)
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em dezembro de 2011	<u>(546.531)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2011	<u><u> </u></u>

17. Plano de opção de compra de ações

Em 14 de janeiro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 236.841 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2010. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 305, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 998, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 1.303. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 265, e a realização do correspondente prêmio de opção das 236.841 ações adquiridas, no valor de R\$ 1.038.

Em 10 de novembro de 2011, através da ata de Assembleia Geral, o Plano foi cancelado e aprovado o exercício antecipado das opções outorgadas em 28 de junho de 2007 contra 546.531 ações em tesouraria, nos termos da proposta, sendo que estas foram exercidas entre os dias 11 de novembro de 2011 e 12 de dezembro de 2011 (inclusive). Nessa mesma Assembleia foi aprovada a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia.

Em 6 de dezembro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 546.531 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2011. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 735, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 2.304, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 3.039. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 644, e a realização do correspondente prêmio de opção das 546.531 ações adquiridas, no valor de R\$ 2.395.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços de exercício estão apresentados a seguir:

	2011		2010	
	<u>Quantidade de opções</u>	<u>Preço médio ponderado de exercício por ação</u>	<u>Quantidade de opções</u>	<u>Preço médio ponderado de exercício por ação</u>
Em aberto no início do período (*)	783.372	1,12	1.038.420	1,01
Outorgadas durante o período				
Perdidas durante o período				
Exercidas durante o período de janeiro de 2011 (*)	(236.841)	1,12	(255.048)	1,04
Exercidas durante o período de dezembro de 2011 (*)	(546.531)	1,18		
Expiradas durante o período				
Em aberto no final do período (*)			783.372	1,12

(*) A quantidade de ações considera o efeito do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 15,30, (ii) preço de exercício de R\$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício e (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o total das despesas associadas ao plano de opção de ações apropriadas ao resultado montou R\$ 532 (R\$ 829 em 31 de dezembro de 2010).

18. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	2.414.993	2.089.002	2.840.868
Receita de serviços prestados	3.843	2.747	4.550
	<u>2.418.836</u>	<u>2.091.749</u>	<u>2.845.418</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(88.416)	(72.921)	(100.679)
Devoluções	(11.647)	(11.000)	(15.347)
Receita líquida de vendas	<u>2.318.773</u>	<u>2.007.828</u>	<u>2.729.392</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
		(Reclassificado)	
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)	(2.011.471)
Despesas com pessoal	(276.625)	(223.309)	(333.848)
Despesas com prestadores de serviços	(23.843)	(19.110)	(30.075)
Depreciação e amortização	(44.599)	(31.292)	(55.672)
Outras (i)	(157.239)	(128.241)	(188.415)
	<u>(2.203.961)</u>	<u>(1.893.856)</u>	<u>(2.619.481)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	2011	2010	2011
		(Reclassificado)	
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)	(2.011.471)
Com vendas	(383.250)	(312.185)	(464.112)
Gerais e administrativas	(74.457)	(58.475)	(88.226)
Depreciações e amortizações	(44.599)	(31.292)	(55.672)
	<u>(2.203.961)</u>	<u>(1.893.856)</u>	<u>(2.619.481)</u>

- (i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2011, um montante de R\$ 18.411 para a Controlada e R\$ 30.354 para o consolidado. Estes montantes são compostos por despesas extraordinárias decorrentes do processo de fusão.

21. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora	Consolidado
	2010	
	(Reclassificado)	2011
	2011	
Descontos obtidos	265	318
Rendimentos de aplicações financeiras	17.299	20.721
Juros recebidos	59	59
Variações monetárias ativas	957	1.345
Outras receitas financeiras	4	4
Total das receitas financeiras	<u>18.584</u>	<u>22.447</u>

(b) Despesas financeiras

	Controladora	Consolidado
	2010	
	(Reclassificado)	2011
	2011	
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.407)	(1.544)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(7.644)	(9.174)
Variações monetárias passivas	(81)	(81)
Total das despesas financeiras	<u>(9.132)</u>	<u>(10.799)</u>
Resultado financeiro	<u>9.452</u>	<u>11.648</u>

22. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora	Consolidado
	2010	
	2011	2011
Edificações	4.356	
Móveis e Instalações		350
Veículos		189
Outros	19	26
	<u>19</u>	<u>565</u>

Em 2 de setembro de 2011, foi cancelada a penhora relativa ao processo movido pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social no montante de R\$ 4.808.

23. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um a quinze anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. Em 31 de dezembro de 2011, os gastos com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) foram de R\$ 6.096 (R\$ 4.861 em 2010) para a Controladora e R\$ 18.806 para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Primeiros 12 meses	49.979	41.072	114.904
Entre 13 e 60 meses	108.167	95.429	249.067
Após 60 meses	17.761	6.312	45.763
	<u>175.907</u>	<u>142.813</u>	<u>409.734</u>

24. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	144.863	180.846	339.971
	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>
Mantidos até o vencimento			
Aplicações Financeiras (DPGE)		15.319	
		<u>15.319</u>	
Recebíveis			
Contas a receber (Nota 7)	146.788	114.294	287.843
Outras contas a receber	22.002	16.723	79.340
	<u>168.790</u>	<u>131.017</u>	<u>367.183</u>
Total	<u>313.653</u>	<u>327.182</u>	<u>707.154</u>

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as demais contas a pagar:

Outros passivos financeiros	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Fornecedores	211.047	192.722	536.399
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	87.677	48.592	162.310
Outras contas a pagar	31.609	21.643	85.644
Total	330.333	262.957	784.353

As atividades da Companhia e de sua Controlada as expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de sua Controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia e sua Controlada são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia e de sua Controlada ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 10.802) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as vendas com recebimento a prazo representaram 46% (48% para o consolidado), sendo que desse total 87% (84% para o consolidado) são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 13% (16% para o consolidado) que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	646	808	969
Receita		646	808	969
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	108	135	162
Despesa		108	135	162

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.542	1.928	2.313
Receita		1.542	1.928	2.313
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	108	135	162
REFIS (Selic)	Acréscimo de 0,5%	21	26	32
Despesa		129	161	194

A Companhia não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à qual estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é negativo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Financiamentos de curto e longo prazo	87.677	48.592	162.310
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(144.863)	(180.846)	(339.971)
Dívida líquida	<u>(57.186)</u>	<u>(132.254)</u>	<u>(177.661)</u>
Patrimônio líquido	2.201.174	598.617	2.201.174
Índice de alavancagem financeira	<u>-3%</u>	<u>-22%</u>	<u>-8%</u>

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota 6) e classificadas como valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

25. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

26. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

		Controladora			
		Ativo Circulante		Receitas	
		2011	2010	2011	2010
Valores a receber					
Convênios (i)					
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família	4	5	61	66
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	2	1	21	16
		6	6	82	82
Locações de espaço em lojas (i)					
Enox Publicidade S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	20		59	62
		20		59	62
		26	6	141	144
		Passivo Circulante		Despesas	
		2011	2010	2011	2010
Valores a pagar					
Aluguéis (ii)					
Administradora PMV S.A.	Acionista / Família	40	46	471	431
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	13	13	142	134
		53	59	613	565
Fornecedores de serviços (ii)					
Tulipa Comunicação Ltda.	Acionista / Família			755	666
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	Acionista / Família		23	670	572
			23	1.425	1.238
		53	82	2.038	1.803

		Relacionamento	Ativo Circulante	Consolidado
			2011	Receitas 2011
Valores a receber				
Convênios (i)				
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família		4	61
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		2	21
			6	82
Locações de espaço em lojas (i)				
Enox Publicidade S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		20	59
			20	59
			26	141
			Passivo Circulante	Despesas
			2011	2011
Valores a pagar				
Aluguéis (ii)				
Administradora PMV S.A.	Acionista / Família		40	471
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		13	142
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração		6	11
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Membro do Conselho de Administração		6	11
Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração		6	11
			71	646
Fornecedores de serviços (ii)				
Tulipa Comunicação Ltda.	Acionista / Família			755
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	Acionista / Família			670
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista / Família		440	425
Rodrigo Wright Pipponzi (Estúdio Mol Design) (iii)	Acionista / Família		7	
			447	1.850
			518	2.496

(i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

- (iii) Os saldos e transações mantidos com Editora Mol Ltda. e Estúdio Mol Design referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Proventos e encargos sociais	4.668	4.291	5.513
Gratificações e encargos sociais	10.036	2.506	13.268
Plano de opção de ações	532	829	532
	<u>15.236</u>	<u>7.626</u>	<u>19.313</u>

27. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Riscos com perdas em estoques	45.164	33.755	250.164
Bens do ativo permanente	49.477	39.604	78.227
Lucros cessantes	3.607	2.854	23.727
Riscos de responsabilidade civil	7.934	6.150	8.534
	<u>106.182</u>	<u>82.363</u>	<u>360.652</u>

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

28. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2011, a única transação não envolvendo caixa na Companhia foi a combinação de negócios com a Raia S.A. detalhada na Nota 5.

29. Eventos Subsequentes

Em 12 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 57.608, que disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas que realizem operações com mercadorias por meio de centros de distribuição localizados neste Estado, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes. Por conta da edição do referido Decreto, a Companhia encontra-se em fase preparatória para ingressar com o referido pedido de regime especial, notadamente, modificação de sistemas, escrituração e outras obrigações acessórias pertinentes à condição de substituto tributário. Uma vez concedido o regime especial em comento, extingue-se a geração de novos créditos, sendo certo que os valores já acumulados passarão a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário. A Companhia estima operar na condição de substituto tributário a partir do segundo trimestre de 2012, momento em que deverá ser apurado todo o imposto pago sobre as mercadorias em estoque para tomada de crédito (art. 10 e seguintes do Decreto 57.608/2011).